

ADESÃO Nº 003/2024-SEMED

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº003/2024-SEMSA, ORIGINADO DO PREGÃO Nº020/2023-CPL-SEMSA, QUE TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATÉRIAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A MANUTENÇÃO ADEQUADA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA CINEMATICA ENGENHARIA LTDA.

Por este Instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, com sede na Rua Sete de Setembro, s/nº - Bairro: Cidade Nova - CEP: 68430-000, Igarapé-Miri/PA, inscrita no CNPJ nº 30.869.058/0001-37, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Educação o Sr. **JANILSON OLIVEIRA FONSECA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 2717042 SSP/PA e CPF nº 597.165.762.34, residente e domiciliado na Tv. Teodorico Martins de Lima, nº 17 - Bairro Cidade Nova, Igarapé-Miri, Estado do Pará, doravante denominado de **"CONTRATANTE"**, e, do outro lado, a empresa **CINEMATICA ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.410.923/0001-01, com sede na Rua: Arthur Bernardes, nº 05, Bairro: Pratinha (Icoaraci) – CEP: 66.825.145, Município: Belém-PA, contato: (91)9255-1754/ (91)8092-5026, email: cinematicaengenharia@hotmail.com, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **JURUENO PIMENTE VALENTE JUNIOR**, brasileiro, inscrito no RG: N°6259761SSP PA, CPF: 000.201.082-81, têm entre si ajustados o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO:

1.1. O procedimento licitatório obedecerá às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, **Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 8.078/90 e alterações – (Código de Defesa do Consumidor), Decreto Federal nº. 6.204, de 05 de setembro de 2007 e subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da legislação correlata e demais exigências previstas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. O presente processo tem como objeto: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº003/2024-SEMSA, ORIGINADO DO PREGÃO Nº020/2023-CPLSEMSA, QUE TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATÉRIAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A MANUTENÇÃO ADEQUADA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO:

3.1. Quadro demonstrativo:

EMPRESA: CINEMATICA ENGENHARIA LTDA-ME, CNPJ Nº 29.410.923/0001-01						
Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Manutenção Preventiva, corretiva, com higienização em	PRÓPRIA	UND	50	R\$ 360,00	R\$ 18.000,00

	aparelho de ar condicionado (tipo janela) de (7.500) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes, inclusive filtros, remontagem e reinstalação.					
2	Manutenção Preventiva, corretiva, com higienização em aparelho de ar condicionado (tipo janela) de (10.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes, inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	50	R\$ 360,00	R\$ 18.000,00
3	Manutenção Preventiva, corretiva com higienização em central de ar condicionado, tipo split de (9.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	60	R\$ 245,00	R\$ 14.700,00
4	Manutenção Preventiva, corretiva com higienização em central de ar condicionado, tipo split de (12.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	60	R\$ 268,00	R\$ 16.080,00
5	Manutenção Preventiva, corretiva com higienização em central de ar condicionado, tipo split de (18.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	35	R\$ 295,00	R\$ 10.325,00
6	Manutenção Preventiva, corretiva com higienização em central de ar condicionado, tipo split de (30.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	25	R\$ 395,00	R\$ 9.875,00
7	Troca/Reposição de Gás em aparelho de ar condicionado (tipojanela) de (7.500) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes, inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	15	R\$ 270,00	R\$ 4.050,00
8	Troca/Reposição de Gás em aparelho de ar condicionado (tipo janela) de (10.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes, inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	15	R\$ 300,00	R\$ 4.500,00
9	Troca/Reposição de Gás em central de ar condicionado, tipo split de (9.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	25	R\$ 225,00	R\$ 5.625,00
10	Troca/Reposição de Gás em central de ar condicionado, tipo split de (12.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	25	R\$ 300,00	R\$ 7.500,00
11	Troca/Reposição de Gás em central de ar condicionado, tipo split de (18.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	15	R\$ 373,00	R\$ 5.595,00
12	Troca/Reposição de Gás em central de ar condicionado, tipo split de (30.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	12	R\$ 480,00	R\$ 5.760,00
13	Instalação de aparelho de ar condicionado (tipo janela) de (7.500) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes, inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	20	R\$ 280,00	R\$ 5.600,00
14	Instalação de aparelho de ar condicionado (tipo janela) de (10.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes, inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	20	R\$ 310,00	R\$ 6.200,00
15	Instalação de central de ar condicionado, tipo split de (9.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	30	R\$ 343,18	R\$ 10.295,40
16	Instalação de central de ar condicionado, tipo split de (12.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	30	R\$ 427,00	R\$ 12.810,00

17	Instalação de central de ar condicionado, tipo split de (18.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	22	R\$ 487,00	R\$ 10.714,00
18	Instalação de central de ar condicionado, tipo split de (30.000) BTUS, composta de retirada, desmontagem, limpeza de componentes inclusive filtros, remontagem e reinstalação.	PRÓPRIA	UND	20	R\$ 557,00	R\$ 11.140,00
VALOR GLOBAL						R\$ 176.769,40

3.2. O valor global para os serviços ora contratado importa em R\$ **176.769,40** (Cento e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA - ENDEREÇO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. O objeto deverá ser entregue conforme Termo de Referência Anexo I do Edital.

4.2. Manter junto à comissão de fiscalização, um representante e/ou preposto para acompanhamento das atividades, com poderes de substituir, acrescentar ou diminuir os objetos licitados.

4.3. Não será permitido o recebimento do objeto licitado sem o devido documento fiscal correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONTRATO E SEUS DOCUMENTOS:

5.1. Integra o presente contrato, mesmo sem transcrição e anexação, todos os documentos integrantes do Pregão Eletrônico nº 020/2023-CPL-SEMSA, em especial o Edital, seus Anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Sem que a isto limite seus direitos, terá o Contratante as seguintes garantias:

6.1.1. Prestar os serviços de acordo com o que consta neste instrumento, no edital e nos seus anexos;

6.1.2. Refazer os serviços em desacordo com as especificações exigidas no edital.

6.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o Órgão responsável pelos seguintes itens:

6.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Licitante Vencedora no prazo estipulado;

6.2.2. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente à quantidade do objeto licitado, ou conforme a necessidade da secretaria;

6.2.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes a execução do objeto licitado, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.

6.2.4. A PMI/SEMED designará o fiscal do contrato e ficará responsável pela supervisão.

6.2.5. Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato;

6.2.6. Fornece a CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir vinculados ao presente contrato;

6.2.7. Exercer a fiscalização do contrato através de um representante, a quem compete também anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente da contratada o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

6.2.8. Receber definitivamente os serviços do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. Sem que a isto limite suas garantias, a licitante vencedora terá os seguintes direitos:

7.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas no contrato;

7.1.2. Receber o Atesto do recebimento dos serviços contratados após verificação das especificações;

7.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do contrato, até para que possa a empresa proceder correções;

7.1.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

7.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a licitante vencedora responsável pelos seguintes itens:

7.2.1 Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços apresentada pela empresa, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para a prestação dos serviços licitados no prazo, no local e horário indicado;

7.2.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega dos objetos licitados no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

7.2.3. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do produto;

7.2.3.1. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da PMI/s, nem poderá onerar o produto desta Licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Contratante;

7.2.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, credenciando junto ao Órgão um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto licitado;

7.2.5 Quando por problemas técnicos os prazos citados no contrato não puderem ser cumpridos, a licitante vencedora deverá comunicar por escrito ao Órgão a qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas;

7.2.6 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas;

7.2.7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente certame sem prévia e expressa anuência do Contratante, não podendo a subcontratação ser superior ao 30% do valor global do contrato.

7.2.8 A licitante vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus para a Contratante.

7.2.9 Cumprir durante a vigência do contrato todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, a regularidade com o fisco, com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente, sob pena da rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28 § 5º da Constituição do Estado do Pará, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.2.10. Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do Contrato, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, e-mail, dissolução da sociedade, falência e outros;

7.2.11. Aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos estimados, nos limites previstos no § 1º do art.65 da Lei nº 8.666/93;

7.2.12. Garantir que seus empregados ou prepostos portem crachá de identificação contendo foto, nome completo e o nome da CONTRATADA.

7.2.12.1. É expressamente vedada à CONTRATADA:

7.2.12.2. A veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

7.2.12.3. Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia anuência do

CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

8.1. Todo o transporte a ser executado em função dos serviços será de única e total responsabilidade da firma fornecedora, correndo por sua conta e risco tal operação, inclusive carga e descarga, seguro, custos e demais despesas.

8.2. O recebimento do objeto licitado estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, modelos, embalagens e instruções, observando-se o disposto no art. 69, da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.3. Não sendo atendido às especificações, o objeto será devolvido, ficando a contratada obrigada a trocar, conforme TERMO DE REFERÊNCIA o produto que vier a ser recusado, de acordo com o disposto no art. 69, da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.4. Só haverá o recebimento definitivo dos objetos licitados, após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade dos serviços, resguardando-se à PMI/SEMED o direito de não aceitar os serviços cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

8.5. Concluindo que o objeto licitado é de baixa qualidade, poderá a PMI/SEMED aplicar as sanções previstas no instrumento convocatório, sem prejuízo das demais previstas na legislação.

CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. A Contratada apresentará Nota Fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela Contratante, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do contratado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal e recibo devidamente atestados.

9.2. O prazo para pagamento será contado a partir da data de entrada, no setor competente, da Nota Fiscal e Recibo, devidamente atestados pela Coordenação de Finanças da Contratante.

9.3. No caso de devolução da Nota Fiscal, Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento estipulado no subitem 9.2. passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

9.4. A Licitante deverá fazer constar a identificação da agência e da conta corrente nos documentos de cobrança dos serviços prestados tais como, notas fiscais, faturas, recibos e similares.

9.5. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Edital e do contrato.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços dos serviços contratados ou atualização monetária por atraso de pagamento.

CLÁUSULA DECIMA – DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO CONTRATANTE:

10.1. Da Supervisão:

10.1.1. Caberá a Secretaria Municipal de Educação de Igarapé-Miri:

10.2. Da Atestação das Aquisições;

10.2.1. Fica designado os servidores **Manuel Tito Lobato Pontes**, matrícula funcional nº 4664 - **Titular** e **Juliane Corrêa Quaresma**, matrícula funcional nº 2170 - **Suplente**, para serem fiscais do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

11.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento aprovado da Secretaria Municipal de Educação de Igarapé-Miri exercício de 2024, como a seguir especificado:

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024

1. Dotação Orçamentaria: Fundo Municipal de Educação Básica - FUNDEB

12.361.0007.2.121.0000 - Manutenção do FUNDEB Ensino Fundamental 30%

Elemento de despesa: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

=====

12.365.0007.2.127.0000 - Manutenção do FUNDEB Educação Infantil 30%

Elemento de despesa: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

2. Dotação Orçamentaria: Secretaria Municipal de Educação – FME

12.122.0007.2.061.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação – FME

Elemento de despesa: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

12.361.0007.2.071.0000 - Manutenção do Salário Educação - QSE

Elemento de despesa: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

12.361.0007.2.138.0000 - Manutenção do Programa da Escola de Tempo Integral

Elemento de despesa: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

11.2. Será providenciada pelo CONTRATANTE a cada início de exercício, dotação orçamentária própria para a sua respectiva cobertura

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12.1. O prazo de vigência do presente ajuste é de **131 (cento e trinta e um dias)** a contar de **23/08/2024 até 31/12/2024**, podendo ser prorrogado, a critério da administração e nos termos da lei em vigor.

12.2. A entrega dos produtos adquiridos deverá ser feita imediatamente após ao recebimento da Nota de Empenho, sob pena de multa, atendido o **estipulado nas Clausulas Segunda e Terceira** deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO:

14.1. No interesse da Administração, o valor inicial contratado poderá ser acrescido ou suprimido até os limites previstos na Lei Federal nº. 8.666/93.

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos materiais contratados.

14.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. A **CONTRATANTE**, conforme os **itens do Termo de referência**, exercerá ampla fiscalização sobre a execução do contrato, ficando a **CONTRATADA** obrigada a facilitar o exercício desse direito.

15.2. O servidor designado para atuar como fiscal do contrato terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

15.2.1. Registrar em relatório todas as ocorrências e deficiências porventura existentes e encaminhar cópia à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato e na lei;

15.2.2. Conferir se os fornecimentos prestados estão de acordo com as especificações técnicas exigidas;

15.2.3. Rejeitar no todo ou em parte os materiais fornecidos, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme o termo discriminado na proposta da **CONTRATADA** e no Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação;

15.3. A presença da fiscalização não atenua, nem elide as responsabilidades da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

16.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. Apresentar documentação falsa;

- 16.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 16.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.5. Não manter a proposta;
- 16.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 16.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 16.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas falhas e/ou irregularidades;
- 16.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 16.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de **15 (quinze)** dias corridos, contados da comunicação oficial;
- 16.3.4. O descumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a licitante vencedora à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por ocorrência de fato, sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte)** dias corridos, contados da comunicação oficial;
- 16.3.5. O atraso injustificado na entrega dos materiais no qual se compromete a contratada sujeitará esta a pagamento de multa moratória equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da obrigação, limitada a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste instrumento e na legislação vigente.
- 16.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 16.5. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no SICAF e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 17.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 17.2. A rescisão do contrato poderá ser:
- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, da supracitada lei, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
 - b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração;
 - c) Judicial, nos termos da legislação.

17.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO:

18.1. As obrigações do presente contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

19.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato em Diário Oficial, no prazo de 10 (dez) dias a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

20.1. É competente o foro da Cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará, para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Igarapé-Miri/PA, 23 de agosto de 2024

JANILSON OLIVEIRA FONSECA
Secretário Municipal de Educação
CONTRATANTE

EMPRESA: CINEMATICA ENGENHARIA LTDA
CNPJ Nº 29.410.923/0001-01
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 – Nome: _____
CPF: _____

2 – Nome: _____
CPF: _____